

sócio-espacialidade de canudos: terra, trabalho e mutirão

social-spatiality of canudos: land, labor and collective effort

Tiago Cícero Alves

Doutor em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, MG

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0148-5142>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15476180>

Resumo: O artigo tem por objetivo apresentar uma perspectiva de leitura sócio-espacial do episódio de Canudos, entendendo o movimento como uma busca dos trabalhadores rurais por meios de preservação e reprodução de suas próprias vidas em um contexto de desmantelamento do tecido social e produtivo brasileiro em fins do século XIX. Nesse sentido, é dada ênfase aos mutirões construtivos liderados por Antônio Conselheiro, considerando-os como elemento de primeira ordem na formação, organização e reprodução do grupo de Canudos. Somado a isso, busca-se entender as relações entre terra e trabalho e seus desencadeamentos no processo de formação sócio-espacial brasileiro e como esses elementos e processos constituíram o espaço social da comunidade.

Palavras-chave: (1) Grupo sócio-espacial; (2) Questão agrária; (3) Canudos; (4) Sócio-espacialidade; (5) Mutirão.

Abstract: This paper goal is to present a socio-spatial perspective on the Canudos episode, understanding the movement as a search by rural workers for ways to preserve and reproduce their own lives in a context of dismantling of the Brazilian social and productive forms at the end of the 19th century. In this sense, a major focus is given to the series of constructions collective effort led by Antônio Conselheiro, considering it as an essential element for the Canudos group formation, organization and reproduction. In addition, the paper seeks to understand the relations between land and labor and it role in the Brazilian socio-spatial formation process. At the same time, these elements and processes are considered for a better understanding on how the social space of the community was developed and constituted.

Keywords: (1) Social-spatial group; (2) Agrarian issue; (3) Canudos; (4) Social-spatiality; (5) Collective effort.

Introdução

A Guerra de Canudos (1896–1897) foi o desfecho de um evento complexo cujas raízes estão nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas da região do semiárido baiano e suas implicações no plano estadual e federal. As quatro expedições militares que destruíram o vilarejo e dizimaram sua população são entendidas hoje como a resposta do Estado brasileiro a um movimento de revolta popular, com fortes raízes religiosas, que buscava transpor os obstáculos que os separava da posse da terra com a criação de uma comunidade justa e harmônica. Apesar de não ter-se configurado como uma comunidade igualitária, a ocupação da fazenda Canudos e a construção do assentamento de Belo Monte —nome dado ao lugarejo pelo peregrino Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro (1830–1897)—, caracterizou-se como uma experiência social e política distinta daquela imposta pelo governo central (SCHWARZ; STARLING 2019). Foi essa possibilidade de um novo arranjo social, somado a uma complexa rede de interesses políticos e intrigas pessoais, que motivou a ação do Estado e transformou Canudos em bode expiatório, moeda de troca, troféu e posterior vergonha da política brasileira nos anos iniciais da República (GALVÃO 2001).

O objetivo deste artigo é apresentar uma chave de leitura sócio espacial de Canudos, entendendo o movimento como uma busca dos trabalhadores rurais por meios de preservação e reprodução de suas próprias vidas¹; encarando o grupo liderado por Antônio Conselheiro como um grupo sócio-espacial no sentido que as pessoas desse grupo se relacionavam entre si em um espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e constituído por ele (KAPP 2021)². Além da expressão religiosa, a produção do espaço foi elemento de primeira ordem na formação, organização e reprodução de Canudos, em que as atividades construtivas lideradas por Antônio Conselheiro eram indissociáveis da sua missão de fé e um dos meios pelos quais ele reuniu seu grupo de seguidores. Foi junto a mutirões construtivos que o grupo se formou e evoluiu, e cuja estruturação assegurou a sua coesão interna mesmo durante o período do conflito.

¹ Segundo Souza (2013) apesar das expressões sócio-espacial e socioespacial serem complementares, elas têm sentidos semânticos distintos. Em socioespacial (sem hífen), o socio meramente qualifica o espacial, sem referência direta às relações que produziram o espaço, ou àqueles que o utilizam. Já em sócio-espacial, sócio não apenas qualifica o espaço, como indica que direta e totalmente constitui o espaço.

² Apesar de alguns pesquisadores contemporâneos acharem inadmissível o uso da alcunha Conselheiro em referência ao líder de Canudos, principalmente pela literatura científica, adotarei Conselheiro ao longo de todo o texto. Isso porque, esse é o nome pelo qual o peregrino foi referenciado nos principais estudos sobre o assunto, e como é reconhecido, de maneira ampla, dentro da cultura popular.

Essa perspectiva sócio-espacial valoriza a questão da terra como meio de resistência e reivindicação e amplia as possibilidades de leitura da atuação do grupo e, por conseguinte, das características da sua vida material. Em uma abordagem a partir da pesquisa sócio-espacial interessa não apenas reconhecer e compreender certas características que historicamente surgiram da questão da terra no Brasil —como as particularidades do modo de produção existente, a divisão fundiária e a organização do trabalho—, mas também os modos de viver do grupo de Canudos, sua visão de mundo, seus modos de produzir, suas técnicas, seus valores e afetos (KAPP 2020). Acredito que, a partir disso, seja possível vislumbrar as particularidades da experiência de Canudos e os sentidos de uma potencial superação da estrutura agrária hegemônica empreendida pelo grupo. Tal superação não se relaciona com a proposição de um novo projeto homogêneo, mas antes, com a busca de saídas perante as crises dos modos de produção da região e da época, que se apoiaram nas especificidades dos modos de vida dos trabalhadores do semi-árido baiano, como a sociabilidade exercida por meio da religião e as práticas assistenciais que envolviam o cotidiano dessa população.

O meu interesse é analisar o contexto em que Canudos se inseriu, para em seguida refletir sobre os modos de vida do grupo e a sua materialidade socialmente produzida. Isto é, além de buscar compreender as características e particularidades sociais do grupo de seguidores de Antônio Conselheiro —quem eram, por que e como se organizavam— meu foco é elucidar como espaço material de Canudos —ocupado, produzido e reestruturado— foi central na sua formação e organização interna e, na perspectiva do processo de formação da sociedade brasileira, justificariam a atuação arrasadora do Estado. Em última instância, busco compreender criticamente como a reestruturação da antiga fazenda se tornou numa espécie de resistência e contraprojeto rural, que se durante seus anos de existência mobilizou centenas de trabalhadores do campo e enfrentou as forças do Estado brasileiro, nas décadas seguintes se enraizou no imaginário popular, no meio intelectual e nas referências dos movimentos sociais em luta por terra e moradia no país.

Pela complexidade da tarefa, consultei uma ampla gama de fontes bibliográficas, que englobam desde os documentos do período anterior ao conflito (como cartas e relatórios policiais e do arcebispado), a produção documental coetânea ao conflito (despachos militares e matérias de jornal) e as sínteses imediatamente posteriores à guerra (relatos militares e narrativas históricas). Além desse conjunto de textos, disponho de diferentes análises e interpretações sobre o episódio de diferentes campos das Ciências Sociais, como a Geografia, a História, a Literatura, a Sociologia, a Arquitetura, a Economia, a Ciência Política e a Antropologia. Dessas mesmas disciplinas, extraí de pesquisas históricas e sociológicas sobre a formação socioeconômica brasileira o contexto (histórico, econômico e

social) em que surgiu e se desenvolveu o movimento de Canudos. Desse modo, me empenho em olhar Canudos a certa distância, pinçando informações que me auxiliem no desenvolvimento de uma perspectiva sócio-espacial, ao mesmo tempo em que manipulo o arsenal teórico da pesquisa sócio-espacial para a construção das análises.

Política e religiosidade popular

Uma das caracterizações mais persistentes sobre Canudos é aquela que se refere ao movimento como messiânico. A perspectiva que encara o movimento como composto por um grupo de fanáticos religiosos (em que loucura coletiva e retrocesso social se confundiam) foi a grande explicação para a intervenção das forças armadas no arraial a partir de 1896, difundida massivamente pela imprensa e pelos escritores da época (assim que a motivação de uma restauração do regime monárquico foi desconsiderada). Dentro dos Estudos Sociais, Canudos foi por muito tempo encarado como simples exterioridade de um movimento religioso, produzido por um contexto de miséria e calamidade natural (provocada, sobretudo, pela seca e suas consequências no semiárido), que pouco, ou nada, refletia das dificuldades e contradições da classe trabalhadora no interior do tecido social.

Para o sociólogo Clóvis Moura (2000), essa tendência em dar peso maior a fatores externos do que, propriamente, à dinâmica de reprodução do grupo, exclui o movimento do “... *nosso processo emergente de transformação social, de mudança social e de protesto social colocando-o, por isto, como atípico, marginal e divergente*” (MOURA 2000:23) no interior dos processos da formação histórica brasileira. O sociólogo não desconsiderava a importância da religião em Canudos, mas é provável que percebia nas leituras fortemente marcadas por essa lente, uma redução das capacidades criativas e reivindicatórias tanto da religião quanto da organização coletiva dos trabalhadores. Não há, do ponto de vista teórico, nenhum antagonismo entre a expressão da religiosidade e a articulação de protestos e insurreições socialmente conscientes. O que Moura argumenta e busca restabelecer é o papel do trabalhador do campo como agente consciente de uma ação política transformadora e Canudos como expressão de um “... *protesto radical da massa camponesa por melhores condições sociais*” (MOURA 2000:24).

Outro tipo de análise que parte de fatores externos ao grupo e foi amplamente abordada nos estudos históricos sobre o episódio é aquele que insere Canudos dentro do jogo político das elites locais baianas e do interesse de seus representantes na esfera política federal. As noções de coronelismo e mandonismo local são nesses casos, as mais comumente associadas ao episódio, com exagerada ênfase dada à relação existente entre Antônio Conselheiro e o Barão de Jeremoabo, o latifundiário e político

baiano Cícero Dantas Martins (1830–1903). Martins foi um grande proprietário de terras, com 61 propriedades nos estados da Bahia e Sergipe, sendo, possivelmente, o maior proprietário rural do semiárido baiano (CARVALHO JR 1999). Daí, as possíveis conexões entre ele e Antônio Conselheiro —cuja entrada na Bahia e ascensão como liderança ocorreu no município de Itapicuru.

De fato, a figura de Antonio Conselheiro foi manipulada intensa e propositadamente pelas diferentes facções políticas da época, tanto na esfera estadual quanto na federal. No plano nacional, jacobinos e florianistas, alinhados ao vice-presidente em exercício, Manuel Vitorino Pereira (1853–1902), usaram a construção de Antonio Conselheiro como um líder fanático que demandava a restauração da monarquia para conspirarem pelo não retorno do presidente Prudente de Moraes (1841–1902) ao poder (afastado para submeter-se a uma cirurgia, entre novembro de 1896 e março de 1897) (SAMPAIO 1999). Uma vez recuperado, e precisando recompor a sua base política, Moraes embarcou no mesmo discurso: considerou o Conselheiro como um velho mentecapto, que havia reunido uma horda de fanáticos em torno de si e convocou as forças nacionais contra o arraial. No plano estadual baiano, duas facções políticas disputavam a hegemonia na região. Para os vianistas:

... a alteração da ordem pública que os conselheiristas poderiam [causar no contexto local] seria conveniente, na medida em que lhes permitia recorrer ao art. 6º da Constituição Nacional e pedir a intervenção de forças federais no estado — único artifício que, no contexto político oligárquico, lhes possibilitaria recuperar o poder (SAMPAIO 1999:33).

Enquanto para os gonçalvistas, fortemente influenciados por Dantas Martins, a atuação do grupo do Conselheiro foi encarada, inicialmente, como um tipo de utopia sem qualquer possibilidade de ameaça ao poder constituído, porém, com o desenrolar dos conflitos, e a medida que os canudenses se mostravam mais resistentes, endossaram a intervenção das forças armadas.

O que nos interessa, é apontar que do ponto de vista do jogo político, as transformações ocorridas no plano nacional tinham reflexos imediatos nas ações do poder local. Na noção de coronelismo, tal como analisada por Victor Nunes Leal (2012), o coronel é um agente da estrutura política brasileira na Primeira República (1889–1930), parte de um sistema que conectava os municípios, os estados e a União, e que, de forma mais aparente, se demonstrava nas relações existentes entre ele e os prefeitos, governadores e, mesmo, o presidente em exercício. O coronelismo é, assim, uma “... forma peculiar de manifestação do poder privado” (LEAL 2012:s/p.), em que o coronel resume em sua pessoa determinadas instituições sociais, como o exercício de jurisdição sobre os seus dependentes e amplas funções policiais. Segundo o autor, esse prestígio político decorria da força eleitoral

dos coronéis, que comandavam lotes consideráveis de votos (os chamados “votoS de cabresto”), fruto de sua posição social e econômica. Na essência dessa influência está a qualidade do coronel de proprietário de terra e, conseqüentemente, de membro da classe dominante na estrutura agrária. Em termos concretos, essa influência era garantida pela dependência do trabalhador rural —seja de trabalho, moradia ou meios materiais básicos— em relação aos donos de terras.

Nesse sentido, para além da configuração das forças políticas heterônomas, é importante reconhecer como a atuação de Antônio Conselheiro e seus seguidores alteraram concretamente a correlação de forças do tecido social sertanejo. Ainda que de maneira indireta e não intencional, a comunidade de Canudos atingiu o *status* e a lógica produtiva da grande propriedade privada, pois desorganizou aquilo que “... *lhe conferia sentido, que a tornava produtiva e rentável: a foça de trabalho*” (SAMPAIO 1999:33). Foi a saída dos trabalhadores do interior das fazendas, abandonando os seus postos de trabalho e indo em direção à comunidade erigida pelo peregrino, a principal preocupação da elite rural baiana. É isso que se depreende da análise das cartas enviadas a Dantas Martins por seus correligionários e parentes e que cito aqui apenas dois exemplos: “... *seguiu daqui e destas imediações esta semana para o Conselheiro umas 16 a 20 famílias, é um horror!!...*” (MIRANDA 1999:90);

... o Antônio Conselheiro continua a ser o motivo da saída de muita gente daqui, e outros pontos, que ameaça ficarão despovoados. [...] Quem for fazendeiro nas proximidades de Belo Monte (assim se chamam hoje os Canudos) há de pagar o descuido e a negligência dos que nos governam (BORGES 1999:94).

Assim como ocorreu em outros movimentos sociais de base religiosa do meio rural brasileiro, a movimentação em direção a Canudos e a construção do Belo Monte são, de acordo com o historiador Duglas Teixeira Monteiro,

... indicação sugestiva da preocupação em definir as bases de um estilo deconvivência social e de controle, navegador do estado de coisas que reinava nas cidades comuns (MONTEIRO 2006:76).

Isto é, o grupo procurava estabelecer-se fora da estrutura social mais ampla, impondo no novo território ocupado os princípios de sua conduta e organização. Tal busca por isolamento tem ressonâncias messiânicas —de um lugar que seria a realização do céu na terra, com qualidades de santificado e perfeito—; porém, como destaca Monteiro, ao contrário do que ocorreu em outros movimentos (como o Contestado), não havia nos moradores do Belo Monte a percepção do arraial como uma espécie de “vila santa” ou o “centro do mundo” (onde esperaríamos pelo fim dos tempos). A tese

do isolamento de Canudos, por exemplo, tem sido encarada como equivocada, devido à centralidade das trocas comerciais na economia local, a movimentação de trabalhadores entre o lugarejo e as fazendas e cidades vizinhas e o intenso fluxo migratório de que foi destino. Fato é, como conclui Monteiro, que a ocupação de Canudos

... foi, certamente, um esforço de aproximação com relação à concepção de justiça, tal como o Conselheiro a entendia, apertada dentro da estreiteza da condição humana (MONTEIRO 2006:76).

Apesar da ausência de prefigurações de um reino milenarista, deve-se esclarecer que o arraial não foi, simplesmente, a constituição de um território de influência cujo poder soberano era exercido por Antônio Conselheiro. O historiador Dawid Bartelt (2009) afirma que, mesmo sem interesse em poder político, do

... ponto de vista estrutural, a melhor maneira de descrever seu papel [do Conselheiro], a partir dos anos 1890, é equipará-lo a um coronel —em princípio sem terras, mas, depois de 1893, dispondo de propriedade de fato e com parentela crescente (BARTEL 2009:39).

Como justificativa para a sua hipótese, o historiador argumenta que o peregrino foi uma personalidade influente entre parcela da política local, por conta da sua capacidade em mobilizar parte de seu grupo de seguidores para fins eleitorais (tese também defendida por Euclides da Cunha em *Os sertões*).

Ainda que a categoria “coronel” defina e ilumine os aspectos políticos da Primeira República, acredito ser excessivo classificar Antônio Conselheiro como tal (ainda que “estruturalmente”). É certo, que o peregrino tinha contato direto com pessoas de projeção política (tendo aliados como o padre de Inhambupe, Agripino Borges), contudo, essa relação era restrita aos pedidos de financiamento para as obras construtivas e de doações para seus seguidores. Embora, ao que parece, ele entendesse a situação da política heterônoma local, se aproximando de autoridades quando do seu interesse e se afastando, de maneira, mais ou menos, tática, quando lhe cresciam as hostilidades; não há nada na bibliografia canudense que indique o seu interesse em participar desse mesmo sistema político. Ao contrário, a forma como conduziu o seu grupo concorda com a ideia de um afastamento das esferas heterônomas. Aliás, Antônio Conselheiro era visto por seus contemporâneos como um andarilho, um anacoreta, um mendicante; e, exatamente, pelo forte caráter de classe do coronelismo, é pouco provável que fosse percebido no jogo político como um igual. Apenas a sua autoridade sobre o seu grupo de fiéis, ainda que o mobilizando para o voto, parece ser elemento insuficiente para explicar suas relações com a classe política e

latifundiária local. Igualmente, essas relações devem ter sido favorecidas por traços da personalidade carismática do Conselheiro, sobretudo, a sua capacidade de negociação.

Muito além da caricatura de profeta à qual a figura de Antônio Conselheiro foi associada — muito magro, pele queimada de sol, barba e cabelos compridos, sempre vestido com um camisolão azul de brim e alpargatas nos pés, apoiado em um cajado e usando um grande chapéu de palha —, foram as características de uma liderança carismática aquilo que mais o aproximou de uma personagem messiânica. Ou, seguindo uma definição clássica cunhada pelo sociólogo Max Weber, foram as suas “... qualidades pessoais extraordinárias, provadas por meio de faculdades mágicas ou estáticas, que lhe [deram] autoridade” (QUEIROS 1977:26) e que eram demonstradas, especialmente, por meio do seu comportamento austero exemplar. Era graças a essas qualidades que o Conselheiro colocava-se fora, ou acima, da ordem civil existente, desautorizando-a ou subvertendo-a. Vale ressaltar, que por uma perspectiva histórica, Antônio Conselheiro foi apenas um de muitos conselheiros de que se tem notícia neste período no semiárido nordestino, pois assim eram conhecidos os andarilhos leigos e pregadores de sermão, que assistiam a população na puxação de terços, dirigiam ladainhas, entoavam benditos e proferiram prédicas e conselhos (GALVÃO 2001).

Do ponto de vista da lógica interna do grupo os habitantes de Canudos compunham uma população bastante heterogênea e, justamente por isso, a autoridade do peregrino era relativa sobre as diferentes frações do arraial. É apropriado considerar que apesar da influência exercida sobre os moradores do lugarejo e o respeito demonstrado, em troca, por eles, o Conselheiro não exercia “poder absoluto” ou de barganha sobre todos eles. Na literatura há menções a outras personagens que tinham papel relevante e de liderança no arraial, como os comerciantes mais abastados e, até mesmo, lideranças indígenas (MASCARENHAS 1997). Havia, de fato, uma organização ao redor de Antônio Conselheiro que compreendia certos arranjos sociais e era responsável por certa dinâmica no cotidiano do arraial. Próximo ao peregrino havia um grupo de beatos a ele subordinados, cujas funções eram os cuidados com o líder e o auxílio nas atividades religiosas e na pedição de esmolas para as obras construtivas; e para a sua segurança pessoal havia uma guarda composta por doze homens (uniformizados, armados e que recebiam soldo)³. Somado a isso, o arraial era regido por determinadas normas de moral e conduta oriundas da sua visão de mundo, sendo proibidos a venda e o consumo de bebida alcoólica, assim como a prostituição, e a realização de festas não religiosas, o furto era penalizado com a expulsão do lugarejo (GALVÃO 2001). No entanto, como relatou um antigo morador do arraial, Honório Vilanova, ao escritor Nertan

³ Uma outra guarda mais numerosa, com 800 homens e 200 mulheres, era encarregada da proteção do arraial.

Macedo (1983), tais normas eram seguidas em comum acordo dos moradores, sem a obrigação de engajamento em nenhuma atividade promovida pelo peregrino.

Por último, vale considerar que a condição de proprietário de terras não carrega o mesmo sentido para um coronel e para Antônio Conselheiro. A rigor, o peregrino sequer era proprietário de terras e, sim, junto aos habitantes de Canudos, um tipo de posseiro. Era um ocupante de uma porção improdutiva (ou devoluta) de terra, que pelo trabalho almejava torná-la produtiva. Em relação à estrutura agrária, isso significa que o Conselheiro não pertencia à classe de proprietários, não era titular de renda fundiária e não empregava mão de obra, nem mecanismos para a coerção ao trabalho⁴. O regime fundiário implantado no arraial era um misto entre propriedade privada, da casa e dos bens pessoais, e espaços comuns, dos pastos e das lavouras. O trabalho era essencialmente familiar, em que cada família era relativamente autônoma, organizada em virtude da sua atividade produtiva, porém dependente, em algum momento da sua existência, da cooperação interfamiliar. A coletividade da terra também se manifestava na coletividade daquilo que era produzido e, em caso de venda de algum excedente, da repartição por todos.

Terra e trabalho

Em sua exterioridade, Canudos assumiu a forma de um movimento organizado para a ocupação e uso da terra e se estabeleceu como uma comunidade —no sentido de uma coletividade que convive em um espaço comum e compartilha regras sociais comumente aceitas— para a garantia desse propósito (DURHAM 2004). No contexto da formação histórica brasileira, a terra foi o meio pelo qual os diferentes grupos sociais em conflito construíram suas estruturas de organização e estabeleceram suas resistências ao regime social hegemônico, tencionando, assim, a correlação de forças internas da sociedade. Tanto a luta antiescravista, assumida pelos grupos negros no período colonial e imperial —e que teve no quilombo a síntese entre estratégia política e forma de ocupação da terra—, como os movimentos de trabalhadores livres rurais no final do século XIX e início do século XX, buscaram construir modelos alternativos à estrutura fundiária existente, estabelecendo um novo universo social, cujas dinâmica e organização internas aconteceriam independentemente dos valores e do ordenamento da sociedade maior. Mesmo não se tratando de comunidades igualitárias, havia na centralidade dessas experiências uma ação de rompimento das relações e vínculos com a sociedade civil central e a tentativa de criar, neste novo espaço ocupado por eles, um ordenamento mais coletivo e democrático (MOURA 2000; QUEIROZ 1977).

⁴ Noções empregadas aqui segundo as definições de Martins (2021).

Em um nível mais amplo, Canudos foi uma possibilidade aventada pelos trabalhadores rurais para a produção de valores de uso em uma sociedade que se por um lado modernizava-se, por outro dissolvia suas antigas relações de produção. O movimento surgiu em um momento histórico de dinamismo específico no Brasil, das primeiras experiências de industrialização no país e poucos anos após o fim do regime escravista (1888) e da subsequente proclamação da República (1889). Em um contexto global, o processo de ocupação e organização de Canudos e, subsequente, choque com o Estado, encontra similaridades em outras nações de herança colonial, cujos modos de produção foram radicalmente transformados pela expansão e penetração do sistema capitalista na segunda metade do século XIX. Em seus escritos e estudos sobre as chamadas sociedades não ocidentais, o filósofo alemão Karl Marx se debruçou sobre algumas dessas transformações em exemplos como a Índia, a Rússia, a Polônia, os Estados Unidos e (presente em um ponto ou outro) mesmo do Brasil. O interesse de Marx nesses casos “... parecia ser o de elucidar as estruturas da sociedade capitalista moderna por meio de um contraste em relação às suas predecessoras na Europa” (ANDERSON 2023:242) e aos diferentes percursos históricos das sociedades asiáticas: buscando esboçar as formas assumidas pelos modos de produção dessas sociedades (que na sua época compunham a periferia do capitalismo), assim como examinar suas diferenças, suas contradições internas e a relação entre uma coisa e outra. Nesse sentido, a dissolução dos modos de produção tradicional, além de aparecer como principal aspecto da homogeneização capitalista mundial, também, impulsionava formas de resistência dos trabalhadores em seus contextos nacionais, que emergiram como novas formas de organização social e de trabalho (ANDERSON 2023).

O que se depreende da análise da política local é que apesar da aparente diferença partidária entre os proprietários rurais, a preocupação com o êxodo dos trabalhadores das grandes fazendas foi o principal elemento aglutinador das classes dominantes. Foi por conta disso, como reflexo da insegurança dos proprietários de terra, que construiu-se uma narrativa de terror ao redor de Canudos e de um colapso eminente da economia regional (SAMPAIO 1999b). As reclamações quanto à falta de trabalhadores eram comuns nos documentos oficiais da elite rural em meados do século XIX e, por um tempo, foram uma consideração relevante dentro da teoria brasileira sobre as formas de trabalho no país (sobretudo, como justificava a recorrência à imigração estrangeira para o trabalho nas lavouras de café do oeste paulista). No entanto, essas mesmas reclamações são, na visão da historiadora Maria Yedda Linhares, uma “... busca frenética por uma completa sujeição do trabalhador rural ao latifundiário” (LINHARES 1999: 82).

Se durante o regime escravista, o escravizado concentrava em si a renda capitalizada do fazendeiro (era a fonte de trabalho e a condição para empréstimos), era do interesse da classe dos proprietários que com o fim

do escravismo fossem (i) criadas “... condições para que a propriedade fundiária substituísse o escravo como garantia do crédito hipotecário para capital de custeio”; e (ii) que os trabalhadores (agora) livres fossem imobilizados nas grandes lavouras e não usassem sua liberdade para procurar formas alternativas de trabalho (MARTINS 2021:47). Ou seja, o que a elite agrária buscava era manter o domínio do modelo agro-exportador — combinando para isso, mais uma vez, agora sob outras condições históricas, os elementos que sustentaram a economia colonial: a terra e o trabalho.

No escravismo, o capital organizava e definia o processo de trabalho por meio do cativo, em que a sujeição completa do escravizado (ao regime e por sua condição de mercadoria) confundia na sua pessoa, como um mesmo elemento, o trabalhador e a sua força de trabalho. É a separação desse elemento, segundo o sociólogo José de Souza Martins (2021), que vai caracterizar o trabalhador livre que veio a substituir a mão-de-obra escravizada, já que era comum a ambos a dissociação dos meios de produção — fundamentada em uma economia de exportação de mercadorias tropicais. Isto significa, que a transição das formas de trabalho no Brasil “... ocorreu em relação a um trabalhador já despojado dos meios de produção”, uma vez que o próprio sistema escravista já “... era resultado dessa separação, garantindo ao fazendeiro o monopólio dos meios de produção” (MARTINS 196). Do ponto de vista econômico, o fundamento do trabalho escravizado estava no tráfico negreiro, em que o escravizado não entrava no processo como vendedor da mercadoria força de trabalho, e sim como mercadoria em si; “... mas não entrava também como capital, no sentido estrito, como meio econômico para movimentar a produção, e sim como equivalente de capital, como renda capitalizada”, como adiantamento de capital ao traficante (MARTINS 2021:32). Ao invés de retirar renda da terra por meio de uma elite territorial (ou um monopólio de classe ou de Estado), esse movimento permitia às metrópoles retirar renda na circulação, cobrando tributo antes da produção de bens e não depois.

Com o fim do escravismo e com a manutenção de um sistema econômico subjugado aos interesses do mercado externo (caracterizado por uma produção em larga escala e com estreita margem de lucro), era necessário para a continuidade da hegemonia agro-exportadora que fossem criados, por vias regulares e institucionais, mecanismos para subjugar a força de trabalho para além do monopólio dos meios de produção. Em termos gerais, tal conservação foi possível pela busca das elites agrárias brasileiras em desenvolver aparatos jurídicos de um modo capitalista de coerção, para que o trabalhador cedesse a sua força de trabalho “... em termos de uma troca aparentemente igual de salário por trabalho” (MARTINS 2021:32). Especificamente, o que se desenrolou no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX, foi a imobilização do acesso à terra pela classe dos proprietários: único meio pelo qual poderiam submeter os juridicamente

livres ao trabalho compulsório nas fazendas, tendo em vista o vasto território brasileiro e suas possibilidades de ocupação. Se anteriormente, o trabalho escravizado impunha um monopólio de classe sobre a terra — condicionando a concessão de sesmarias ao número de cativos de uma fazenda e evitando, assim, a organização de uma economia não-escravista paralela (ou seja, sem o tributo da mercadoria escravo)—, na transição das formas de trabalho, somente a garantia do mesmo monopólio daria sobrevida ao poder dessa classe. Ou, como brilhantemente sintetizado por Martins: “... se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa” (MARTINS 2021:47).

Juridicamente, esse controle sobre a terra foi efetivado com a aprovação da Lei de Terras de 1850, mecanismo que instituiu a moderna propriedade fundiária no Brasil⁵. Como principal ponto, a legislação estabelecia que o acesso às terras públicas por particulares só poderia acontecer mediante a compra. Até 1822, quando foi extinto (junto ao processo de independência do país), o regime de sesmaria era o sistema que concedia e regulava a apropriação das terras brasileiras⁶. No início da colonização, as sesmarias eram concedidas àqueles que provassem ter fundos suficientes para a construção de engenhos de açúcar e não havia nenhum tipo de regulação quanto ao limite das extensões a serem concedidas. Ao longo do tempo, o caráter desse sistema se transformou um pouco, sendo a sua materialização diversa nas diferentes regiões do país (com variações nas extensões solicitadas e especificidades quanto à fertilidade do solo ou ao potencial aurífero, por exemplo), mas preservou durante toda a sua vigência, ainda que de forma apenas aparente, a preocupação com o caráter produtivo das propriedades. O sistema de sesmaria coexistiu com a posse pura e simples da terra, que com o tempo se transformou no principal mecanismo da expansão colonial. Apesar da sesmaria configurar-se como o documento legal que assegurava os domínios de uma porção de terra dentro dos marcos da lei, nas faixas territoriais ocupadas pela colônia os seus registros e demarcações se sobrepunham constantemente as posses reais (MOTTA 2012).

Para além dos conflitos inerentes ao processo colonizador (como massacres e expulsões de povos indígenas e povos tradicionais), a formação territorial do Brasil aconteceu pela justaposição e, conseqüente, subjugação,

⁵ A Lei de Terras foi regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, e era composta por nove capítulos e 108 artigos que procuravam dar conta das inúmeras situações relacionadas à ocupação das terras brasileiras (do levantamento e sistematização das terras públicas, dos terrenos de fronteira, a reservas para colonização e aldeamento indígena, aos critérios de venda etc.) (MOTTA 1998).

⁶ Entre 1822 e 1850, devido a inexistência de uma legislação específica, a posse direta foi o meio pelo qual deu-se a apropriação das terras no território brasileiro.

do modelo fundiário agro-exportador sobre os demais. Espacialmente, a lavoura para exportação implantada durante a colônia tinha amplas extensões de terra que compreendiam para além das áreas de cultivo:

... matas para extração de lenha e madeiras de construção, barreiros para extração da matéria-prima dos artigos de olaria, desde as formas de purga do açúcar às telhas e tijolos, área para construção de represa, sendo engenho movido a roda d'água, área para edificações residenciais e produtivas etc [e contavam ainda com uma área de reserva] ... três vezes maior do que o trato efetivamente plantado de cada vez (GORENDER 2016:400).

No entanto, segundo o historiador Jacob Gorender (2016), fatores produtivos e econômicos não são suficientes para explicar a grande extensão das sesmarias concedidas e somadas sucessivamente às fazendas de exportação ao longo do período colonial e imperial. A vastidão das terras sob o domínio dos fazendeiros se justificava, também, pela busca de poder político e pelo controle da classe trabalhadora livre que se fixava no interior das fazendas, podendo prestar serviços nela ou não, e ela completamente submetidos.

Desde o período colonial havia algumas aberturas de trabalho para a população livre, desde tropeiro, carreiro ou vendeiro, até funções diretamente vinculados à propriedade escravista (como serviços de vigilância ou algumas mais especializadas no interior do processo de produção). Aqueles que:

... se situavam na esfera de domínio da fazenda, permaneciam em total dependência, e, tão logo os interesses dos senhores o exigissem, agregados ou camaradas, posseiros ou sitiantes eram expulsos ou expropriados dos locais onde marginalmente desenvolviam uma cultura de subsistência. [Com a desagregação do escravismo, era necessário que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima] ... não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia” (KOWARICK 1994: 29).

Apesar de ser um elemento constitutivo da sociedade escravista brasileira, o trabalhador livre ocupava uma posição complementar e integrativa no sistema escravista, tendo a sua liberdade fundamentada na escravidão dos outros. Assim, nas novas relações sociais de trabalho, a ordem agrário-conservadora precisava tanto impor o elogio do mundo do trabalho, uma vez que no escravismo trabalho e sujeição se misturavam; quanto estabelecer sistemas repressivos eficientes, que afastasse do trabalhador a possibilidade de buscar formas autônomas de sobrevivência. Em suma, segundo o cientista político Lúcio Kowarick:

... a questão não pode ser reduzida à necessidade de persuadir os livres e libertos a entrar nas fileiras do trabalho organizado por meio de retribuições puramente materiais. Questões mais amplas e profundas também estavam em jogo. O ponto central era que as relações de produção baseadas no trabalho livre só poderiam ter se desenvolvido se ocorressem transformações no modo senhorial-escravista de dominação, cujas raízes culturais e políticas caracterizavam-se pela intolerância, em face da própria condição de liberdade de todos aqueles que não eram escravos nem senhores. Mesmo livres, eles deviam lealdade e obediência aos potentados, e os parâmetros de subalternidade que norteavam essas relações estavam ancorados no espectro do cativo (KOWARICK 1994:42).

Sócio-espacialidade canudense

O papel da religião na formação de Canudos, pode ser encarado como um traço típico em um contexto de opressão, em que encarnava a manifestação do imaginário dos desejos dos grupos dominados, da vontade de livrarem-se das condições de trabalho compulsório e da procura por formas novas e livres de existência (BOSI 2021). Para o teólogo Alexandre Otten (1993), o catolicismo de base popular opera como veículo de reivindicação, voltado para a resolução de crises existenciais concretas determinadas pelas dinâmicas social, econômica e histórica. Isso porque, há no imaginário de seus fiéis um sentimento profundo do que é encarado como justiça ou injustiça, derivado da crença de que todos os seres humanos são iguais perante a Deus. Nesses termos, o papel de Antônio Conselheiro foi o de reapropriar-se da imagem de Deus (expropriado pela secularização da esfera civil e pelo dismantelamento do modo produtivo dominante), dando a população pobre do semiárido uma nova identidade, que se refletia tanto em uma nova conduta moral para o grupo, como na promessa da fundação de uma nova terra, de um novo tipo de ocupação onde seria implantado um novo regime de trabalho e cooperação. A potência criativa do catolicismo popular reside, exatamente, na sua orientação à vida profana: no reconhecimento das dificuldades e sofrimentos da vida social e na sua movimentação para ultrapassá-los. Ainda que a concepção da vida social pelo Conselheiro fosse relativamente conservadora (ou de um nítido conteúdo de reformismo conservador, na opinião de Queiroz), o reconhecimento da precariedade material na vida dos trabalhadores, cumpre papel importante na articulação das indignações e em formas organizadas de revolta.

Ao contrário da organização produtiva e familiar estabelecida pelos grandes proprietários rurais (coronéis), a organização de Canudos seguiu arranjos similares aos dos grupos rurais tradicionais brasileiros, gestados em oposição à grande lavoura de exportação. As relações estabelecidas no interior desses grupos são fundamentalmente diádicas, isto é, se manifestam

apenas em uma reciprocidade direta e imediata e entre elementos equivalentes (DURHAM 2004). Em uma perspectiva religiosa, as manifestações de fé dos grupos rurais tradicionais baseiam-se em uma reciprocidade entre o devoto e um santo particular (o padroeiro do lugar ou da família). Isso devido a posição ocupado pelos santos na esfera do catolicismo popular, visto como mais próxima do dia a dia dos trabalhadores e comprometida na ajuda aos enfrentamentos das atividades mundanas (OTTEN 1989). O culto aos santos também se estabelece em uma relação de mutualidade —na medida em que o devoto apenas engaja nos rituais religiosos quando precisa da ajuda do santo ou dele recebe retornos auspiciosos. Ou seja, há uma identificação direta entre a realidade material e o exercício da fé (DURHAM 2004).

Do ponto de vista produtivo, a produção desses grupos rurais era voltada para uma economia de subsistência, composta por uma população economicamente marginal, em que o trabalhador contava apenas com a força de trabalho familiar em unidades mais ou menos isoladas e autossuficientes. A constituição dessa economia de subsistência caracterizava-se pela ausência de mercado, em que o dinheiro era raro e despendido na compra do absolutamente necessário, e por uma situação de pobreza que se manifestava na

... construção das casas, na quantidade e qualidade dos instrumentos e utensílios domésticos, na roupa, isto é, na raridade de tudo aquilo que não possa ser produzido diretamente com técnicas ao alcance de todos (DURHAM 2004:142).

Diferente da cultura patriarcal da grande lavoura, na formação dessa economia de subsistência tem-se o desenvolvimento de uma cultura rústica definida por uma vida comunitária organizada a partir do grupo doméstico (da família conjugal) e por uma rede de sociabilidade constituída pelo parentesco e pelo compadrio. Isso porque, apenas as famílias muito extensas poderiam formar

... unidades relativamente permanentes e estáveis, pois se renovam constantemente pela incorporação progressiva dos filhos ou filhas que se casam e dos respectivos cônjuges. [Na realidade, as famílias conjugais] são unidades de curta duração, que se constituem pela fragmentação sucessiva de outras famílias e cuja organização varia durante o seu ciclo de existência (DURHAM 2004:149).

Daí surge, de acordo com a antropóloga Eunice Ribeiro Durham (2004), a necessidade da ampliação de laços de solidariedade, tanto com o aumento dos círculos de parentes, quanto com a multiplicação das formas rituais de estabelecimento do compadrio. Via de regra, esses rituais são essencialmente religiosos, manifestados em batismos, crisma, casamento etc.

Então, “... as atividades lúdico-religiosas, que expressam e reforçam a solidariedade dos grupos locais, são [...] antes consequência que causa da unidade desse grupo” (DURHAM 2004:159).

Na experiência de Canudos, esse tipo de relação formada a partir e para a cooperação do trabalho encontra especial sentido nos mutirões construtivos liderados por Antônio Conselheiro. Tais mutirões eram parte indissociável da missão de fé do peregrino e se encaixavam em uma tradição do catolicismo popular, cujo principal foco era a assistência e o amparo social. Assim como ele foi apenas um de muitos “conselheiros” que se tem notícia, o líder de Canudos também foi um dentre outros beatos que conduziram obras religiosas pelo semiárido nordestino —possivelmente, aquele que teria liderado o maior número delas. Tal associação, entre a pregação da fé e a organização de mutirões construtivos, fora popularizado pelas ações do padre José Antônio de Maria Ibiapina (1806—1883) ex-juiz de direito de Quixeramobim, que ao se tornar padre, ocupou-se em pregar o cristianismo e a construir casas de caridade no interior do Ceará. De acordo com o depoimento de Vilanova, Antônio Conselheiro teria dito por volta de 1873 que tinha por promessa a cumprir a construção de vinte e cinco igrejas (MACEDO 1983). Pelos esforços de pesquisa do historiador José Calasans (1997), acredita-se que o peregrino, de fato, tenha construído ou reformado um número próximo de igrejas e cemitérios, distribuídos pelos atuais municípios de Aporá, Biritinga, Canudos, Chorochó, Cícero Dantas, Crisópolis, Entre Rios, Euclides da Cunha, Esplanada, Itapicuru, Nova Soure, Olindina e Ribeiro do Amparo na Bahia; e Poço Redondo, Cristianópolis e Tobias Barreto em Sergipe.

Na literatura produzida pelos cronistas testemunhas são poucos os detalhes dados as atividades construtivas. Euclides da Cunha em *Os sertões*, de maneira direta, as menciona apenas uma vez, associando-as a religiosidade do peregrino (CUNHA 2016). Em suas cartas para o jornal *O Estado de S. Paulo*, também, aponta os mutirões uma única vez, citando um trecho de *Descrições práticas da província da Bahia* do tenente-coronel Durval Vieira de Aguiar, que presenciou o Conselheiro construindo uma igreja em Cumbe, atual Euclides da Cunha (CUNHA 2003). Poucas informações sobre os mutirões também são encontradas em *O rei dos jagunços* de Manoel Benício (1998), em que o autor procura construir um enredo em torno das atividades, ora utilizando-se de documentos oficiais, ora fazendo uso da ficção. As principais fontes sobre os mutirões construtivos estão nos despachos e cartas de autoridades locais e nas notícias dos jornais da época, que foram exaustivamente reunidos nos escritos de Calasans (1997).

Acredito que os mutirões anteriores à ocupação de Canudos deram experiência ao grupo quanto a formas de organização, o que teria influenciado (e, talvez, facilitado) a organização do próprio arraial. Mesmo de modo precário, a organização dos mutirões envolvia arranjos diretamente sociais —como a divisão entre comando e execução, ou até

mesmo, a conformação de uma rede de apoio responsável por garantir proteção e alimentação— e uma organização espacial específica que, provavelmente, envolvia um local para o depósito do substrato físico, a confecção de ferramentas (ou a maneira de adquiri-las), o levantamento de estruturas efêmeras para auxiliar os trabalhos e, inclusive, o estabelecimento de moradias momentâneas para abrigar o grupo enquanto durassem os mutirões. No arraial, a construção ininterrupta de casas e a simples existência dos mutirões das duas igrejas dentro do assentamento, envolveram “... *tirar coisas de um lugar, processá-las em maior ou menor grau e rearranjá-las em novas posições mais ou menos permanentes*”, o que implica certa divisão das tarefas, comandos hierárquicos ou não, execução mais ou menos autônoma etc (KAPP 2020:28).

As construções aconteciam graças as doações da população, seguidores ou não do peregrino, e ao trabalho braçal realizado por fiéis mais engajados e habilidosos, motivados principalmente pela fé cristã. É plausível considerar, que nem todos os envolvidos na execução das construções acompanhavam o Conselheiro nas peregrinações e que seus devotos não realizavam todas as etapas do trabalho construtivo. Foi ao longo dos mutirões que trabalhadores e artesãos mais especializados foram se juntando ao grupo e seguiram com o peregrino para Canudos onde ajudaram na edificação do arraial. Esse foi o caso do mestre-de-obras Manuel Faustino de Oliveira (o Mestre Faustino), citado por várias fontes, e responsável pela condução dos trabalhos da Igreja Nova de Canudos. Vilanova confirma que “... *havia em Canudos o Mestre Faustino, mestre-de-obras e talhador de altares (...)* [que] *fez umas rosas douradas no altar da igreja que eram a admiração do povo*” (MACEDO 1983:69). Calasans (1982) também levantou nomes de outros artífices envolvidos nos mutirões, como “... *Ricardo Caboclo, pedreiro, grandalhão, [que] ficou morando no arraial depois da partida do Conselheiro. Um mestre carapina, preto, natural de Inhambupe*”, que auxiliou na feitura do cruzeiro, e era considerado o contramestre da obra; e, por fim, um outro pedreiro, de nome Vitório. No geral, o que esses nomes sugerem é que além da condução do Conselheiro outras dinâmicas de organização ditavam as atividades laborais dos canteiros.

O reconhecimento desses artesãos experientes, também, impõe uma consideração que diz respeito ao objeto arquitetônico. Tanto as igrejas construídas sob a liderança de Antônio Conselheiro, como o espaço construído de Canudos, não nasceram de um vácuo técnico ou criativo e, também, não são simples reproduções materiais de exterioridades. Se no caso das arquiteturas religiosas é relativamente fácil perceber as influências e a reprodução de um tipo arquitetônico (com um frontão bem marcado na fachada principal, uma nave prolongada horizontalmente, um altar localizado na extremidade oposta à entrada etc.), no caso do arraial há, também, certas correspondências a espaços já existentes. Se a História

da Arquitetura tradicional é parte da gênese da concepção dessa mesma arquitetura, semelhante relação poderia ser estendida a uma arquitetura de tipo popular, que se reproduz no interior de sua própria história (KAPP 2021).

Quando chegaram em Canudos em junho de 1893, o grupo liderado por Antonio Conselheiro reformou a antiga igreja e edificou um cemitério, armazéns, reservatório de água, depósito de armas e um número crescente de casas. À uma pequena capela existente foi construído um cômodo anexo, onde passou a morar o Conselheiro, que ficou conhecido por Santuário. A reforma da antiga igreja foi concluída ainda em 1893. De frente a ela, ao lado oposto de uma praça mais ou menos retangular, às margens do rio Vaza-Barris, começou a ser construída, provavelmente em 1894, a segunda igreja, muito maior, com espessas paredes de pedra e, quando do início do confronto com as forças armadas, se encontrava quase completa, faltando-lhe apenas a cobertura. Também às margens do rio localizavam-se algumas plantações de gêneros para a subsistência e criavam-se cabras nos espaços comuns entre os casebres, cujo couro era remetido para as cidades da região e para Salvador. Como a criação de cabras era uma atividade costumeira na região, a forma fundiária que a terra assumiu em Canudos seguiu uma forma de ocupação tradicional, com vestígios nas terras ocupadas por posseiros e trabalhadores do semiárido, em que as terras de uso comum são usadas para a criação e a pastagem de animais. As casas eram dispostas pelo terreno, sem a demarcação de lotes, sem cercas ou divisão dos quintais, deixando o terreno livre para a movimentação das cabras. Por este motivo, o couro produzido no arraial, sem marcas ou furos, geralmente provocados por cercas e arames farpados, tiveram importante papel na economia regional.

É estimado que no auge da sua ocupação Canudos tenha sido o lar de cerca de 25 mil pessoas, o que o coloca, segundo alguns pesquisadores, em um dos lugares mais populosos da Bahia em fins do século XIX. Os números são incertos, mas Euclides da Cunha no final de *Os sertões* escreve que, cuidadosamente, foram contadas pela Comissão de Engenharia do Exército 5.200 casas no local. Sozinha, esta cifra é pouco precisa, pois sabe-se que os canudenses recém chegados erguiam tendas ou cabanas fragilíssimas (de galhos e palha), até se estabelecerem em uma construção um pouco mais sólida. O tenente Henrique Duque-Estrada de Macedo de Soares, participante da guerra, refere-se a centenas dessas cabanas completamente destruídas devido a bombardeios e ataques das forças militares. Talvez por isso, o tenente de infantaria calcule entre seis mil e 6.500 o número de casas (o que segundo seus cálculos resultaria em uma população entre trinta mil a 35 mil pessoas), cifra, hoje, considerada superestimada (SOARES 1959). No dia 1º de outubro de 1897 os soldados do exército dominaram grande parte do arraial, espalharam querosene sobre as construções e lançaram dinamites sobre elas. O arraial

ainda resistiu, até o dia 5 de outubro, quando caíram seus últimos defensores, como narra Euclides, “... eram apenas quatro: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados” (CUNHA 2016:549).

Considerações finais

Como movimento social, portanto, Canudos foi mais que um exemplo emblemático no histórico dos movimentos de luta por terra (visto como uma mobilização insurrecional contra a impossibilidade histórica de acesso à terra e ao aumento da precarização das condições de vida da classe trabalhadora rural), foi um tipo de resistência a mudanças da esfera produtiva, que aglutinou perspectivas de transformação da esfera social e questionamentos das relações de dominação que estruturavam a sociedade brasileira em fins do século XIX. Antonio Conselheiro criou uma rede de relações que excedia a propagação da fé. Uma rede que organizava um novo regime de necessidades em pleno semiárido baiano. Essa nova organização de necessidades incluía as trocas comerciais, de alimentos, de material de construção, de trabalho, de peregrinação, de busca por assistência social. Nesse sentido, a experiência de Canudos pode ser encarada como expressão de uma nova estrutura sócio-espacial, que mesmo sem um projeto agrário ou político bem definido, procurava agasalhar novas relações sociais.

Referências

ANDERSON, Kevin B. (2023). *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, [2010].

BARTELT, Dawid Danilo (2009). *Sertão, república e nação*. São Paulo: Ed. USP.

BENÍCIO, Manoel (1998). *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Brasília: Senado Federal, [1899] [fac-símile].

BORGES, Aristides da Costa (1999). “[Correspondência]. Destinatário: Cícero Dantas Martins. Vitória, 09 de fev. 1894”. In: SAMPAIO, Consuelo Novais (Org.). *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed. USP:91—94.

BOSI, Alfredo (2021). *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, [1992].

CALASANS, José (1997). “Antonio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios [1973]”; “Centenário da Igreja Velha de canudos [1993]”; “As

igrejas de Canudos [1997]”. In: *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA,s/p. [digital].

____ (1997). *Quase biografias de jagunços*. [1982]. [digital]

CARVALHO JR., Álvaro Dantas de (1999). “A posição do barão de Jeremoabo”. In: SAMPAIO, Consuelo Novais Sampaio (Org.). *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed.USP:17–29.

CUNHA, Euclides da (2003). “A campanha de Canudos: série de reportagens publicadas em *O Estado de S. Paulo*, de ago. a out. de 1897, enviadas do teatro de operações, no sertão da Bahia [1897]”. In: *Canudos e outros temas*. Org. Olímpio de Souza Andrade. Brasília: Ed. do Senado Federal, vol. 2:15–105.

____ (2016). *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Ubu, [1902].

DURHAM, Eunice Ribeiro (2004). “Comunidade [1972]; As comunidades rurais tradicionais e a migração [1973]”. In: *A dinâmica da cultura, ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify:133–180.

GALVÃO, Walnice Nogueira (2001). *O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Perseu Abramo.

GALVÃO, Walnice Nogueira & PERES, Fernando da Rocha (Org.) (2002). *Breviário de Antonio Conselheiro*. Salvador: UFBA.

GORENDER, Jacob (2019). *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, [1978].

KAPP, Silke (2020). *Canteiros da utopia*. Belo Horizonte: MOM Edições.

____ (2021). “Grupos sócio-espaciais [2018]”. In: KAPP, Silke Kapp & BALTAZAR, Ana (Eds.). *Moradia e outras margens* (vol.1). Belo Horizonte: MOM Ed.:151–170.

____ (2021). “Canteiros da arte: entre Adorno e Ferro [2020]”. In: KAPP, Silke Kapp & BALTAZAR, Ana (Eds.). *Moradia e outras margens* (vol. 2). Belo Horizonte: MOM Ed.:383–396.

KOWARICK, Lucio (1994). *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra.

LEAL, Victor Nunes (2012). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, [1948], [digital].

MARTINS, José de Souza (2021). *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, [1979].

MASCARENHAS, Maria Lucia F. (1997). “Toda nação em Canudos, 1893—1897: índios em Canudos, memória e tradição oral da participação dos Kapiri e Kaimbém na guerra de Canudos”. *Rev. Canudos*, Salvador, Uned, v.2:68—84.

MIRANDA, Marcelino Pereira (1999). “[Correspondência]. Destinatário: Cícero Dantas Martins. Tucano, 12 de jan. 1894”. In: SAMPAIO, Consuelo Novais (Org.). *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed.USP:89—90.

MONTEIRO, Duglas Teixeira (2006). “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado [1977]”. In: FAUSTO, Boris (Org.) *História geral da civilização brasileira (Tomo iii): o Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 46—103.

MOTTA, Márcia M. Menendes (1998). *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo público.

_____. (2012). *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795—1824*. São Paulo: Alameda.

MOURA, Clóvis (2020). *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Anita Garibaldi, [1959].

_____. (2000). *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular.

OTTEN, Alexandre (1989). “Só Deus é grande. A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro”. *Perspectiva Teológica*, [S. l.], v. 21, n. 53:9.

QUEIROZ, Maria Isaura de Pereira (1977). *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, [1965].

SAMPAIO, Consuelo Novais (Org.) (1999). *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed.USP.

_____. (1999). “Canudos: a construção do medo”. In: SAMPAIO, Consuelo Novais (Org.) *Canudos: cartas ao barão*. São Paulo: Ed.USP:31—85.

SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo (1959). *A guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, [1902].

SCHWARZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. (2019). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, [2015].

SOUZA, Marcelo Lopes (2013). *Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Sobre o autor

Tiago Cícero Alves é graduado, mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e atua desde 2019 como docente em instituições de ensino superior. Foi pesquisador visitante no Institute of Housing and Urban Research (IBF) da Universidade de Uppsala entre 2019 e 2020. Tem experiência e pesquisas no campo da Arquitetura e do Urbanismo em temas como grupos sócio-espaciais, formação sócio-espacial brasileira, questão agrária, conflitos fundiários, teoria da arquitetura, interfaces físico-digitais e jogos de simulação com foco em planejamento urbano.